

FORMAÇÃO DOCENTE POR MEIO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Eliana Lourenço de Souza¹
Jucinara Ferreira Alves²
Gilma Alves Ferreira³
Ana Carolina de Aguiar Braga⁴
Prof^a. Dr^a. Francisca Pereira Salvino⁵

INTRODUÇÃO

A Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação (MEC), compondo a Política Nacional de Formação de Professores. Seu objetivo é aprimorar a formação dos graduandos das diversas licenciaturas, proporcionando aos mesmos o contato com a realidade do ensino básico. Durante o período do Programa, o aluno selecionado deve envolver-se em diversas atividades, desde observação até regência, sempre acompanhados (as) por um (a) profissional experiente na área, chamados(as) de preceptores, além de serem orientados(as) por um docente da sua Instituição de Ensino do graduando.

Nossa primeira etapa na residência, iniciou-se com um curso de formação, que teve duração de dois meses, divididos em dois encontros semanais, com quatro horas cada. Nesta fase, um grupo de alunas foram encarregados de apresentar seminários com temas indicados por nossa Coordenadora, a Prof^a Francisca Salvino, que também organizou mesas temáticas com profissionais da Universidade Estadual da Paraíba UEPB e de outras instituições.

Para uma melhor compreensão acerca dessa formação, este texto objetiva analisar as atividades desenvolvidas durante o curso de formação docente ofertado por meio do Programa de Residência Pedagógica. Consiste em um estudo bibliográfico, organizado em duas seções, sendo a primeira uma discussão acerca documentos importantes na educação brasileira que serviram de base durante a formação; e a segunda trata a respeito do tema de uma das mesas redondas promovidas durante a mesma, o qual abordará questões sobre alfabetização e Letramento, trazendo as definições destas, apontando as diferenças entre estes conceitos, bem como os desafios postos ao docente. Por fim, este trata de uma breve análise acerca da preparação para imersão em campo de estágio.

Formação docente e direito à Educação: da LDB à BNCC

Durante o processo de preparação para o campo escolar, tivemos contato com diversos temas bastante relevantes para nossa formação. Em um dos encontros foi discutido sobre a formação de professores antes e depois da Lei nº 9.394/1996 (LDB), tendo como aporte para esta, o texto “Marcos legais dos cursos de formação de professores” de Gatti e Barreto (2009).

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, elianalousoza13@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, juciferreira206@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, gilmaaf_28@hotmail.com;

⁴Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, ana17red@gmail.com;

⁵Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Estado da Paraíba (UEPB), fransalvino@gmail.com.

Segundo as autoras, no século XIX, não havia a preocupação com a formação docente, esta era feita nas escolas normais, sem maiores preocupações com a educação. Somente no século XX, por conta do crescimento da indústria, “a necessidade de maior escolarização começa a se colocar entre os trabalhadores e inicia-se uma pequena expansão no sistema de ensino. Para atender essa expansão, mais professores passam a ser demandados” (GATTI e BARRETO, 2009. p. 37).

Então, com a Lei nº 5.692, de 1971, que extinguiu as Escolas Normais, a formação dos docentes passou então, a ser feita a partir de uma nova modalidade chamada de Magistério, a partir daí, considera-se que,

[...] a formação do professor de 1ª a 4ª séries terminou sendo feita por um currículo disperso, tendo ficado sua parte de formação específica, de fato, muito reduzida em razão da nova estrutura curricular desse nível de ensino. As pesquisas mostram que acabou ocorrendo uma descaracterização crescente dessa habilitação no que se refere à formação para a docência (GATTI, e BARRETO, 2009. p.39).

Esta descaracterização diz respeito ao fato de que com estas mudanças tornou o currículo mais reduzido no que se diz respeito à formação docente, mas, por conseguinte outras medidas foram tomadas para “garantir uma melhoria na formação de docentes para os anos iniciais de escolarização” (GATTI e BARRETO, 2009. p.39), tendo em vista os problemas verificados nesta modalidade.

Podemos perceber que a Lei nº 9494/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada em 1996, trouxe diversas mudanças, tanto para as instituições, quanto para os cursos que formavam os docentes, deste modo:

[...] a estrutura curricular dos cursos de formação de professores ficou ainda com a marca da legislação anterior por um período relativamente longo, iniciando-se as primeiras adaptações de currículo a partir de 2002, quando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores são promulgadas, e nos anos subsequentes, quando diretrizes curriculares para cada curso de licenciatura passam a ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. (GATTI e BARRETO, 2009. p.42).

Além das mudanças supracitadas, a LDB, trouxe proposta de mudança em todos níveis da educação. No que se diz respeito ao acesso passa a haver um avanço neste quesito, desde a Educação Infantil até ao Ensino Superior. A educação superior, segundo Castro (2007. p 14), “entre 1997 e 2005, o total de vagas oferecidas cresceu 248,4%, e o de ingressos, 143,5%” Houve ainda, uma melhoria no oferecimento da Educação Especial. Em seu artigo 4º passa a garantir:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...] (BRASIL,1996).

Apesar das propostas trazidas pela LDB, ainda há um longo caminho a seguir em busca de uma educação de qualidade, pois, infelizmente a mesma se mostra insuficiente para

sessar os problemas educacionais que perduram até os dias atuais, tendo em vista as mudanças ocorridas no país desde sua promulgação.

Outro tema discutido e bastante pertinente para nossa preparação para o campo escolar foram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As DCN's são normas obrigatórias para a educação nacional, que têm por objetivo, orientar o planejamento curricular de todas as instituições de ensino. A mesma é resultado de diversas discussões entorno da educação, abrangendo todas as etapas de ensino, indo desde a Educação infantil, até o Ensino Médio, ela busca:

[. ..] estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distritais e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico. (BRASIL, 2013).

Nela ainda encontram-se orientações sobre a Educação do Campo, Quilombola, Indígena, Especial e Jovens e Adultos (EJA), que são modalidades educacionais para atender especificidades culturais, sociais e outras desses grupos. Já a BNCC, homologada em 2017, inicialmente para Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ela é o documento que tem por objetivo, definir um conjunto de aprendizagens que o aluno deverá desenvolver durante a educação básica, assegurando ao mesmo, seus direitos, estabelece também o Plano Nacional de Educação (PNE). Pelo menos em tese, a Base “está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (BRASIL, 2017. p. 7).

O documento traz dez competências gerais, que o estudante deverá desenvolver durante seu percurso na educação básica. Deste modo, a base identifica que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017. p. 8). Ressaltando que, estas competências estão correlacionadas às três fases da Educação Básica, de modo que a construção do conhecimento se dê de forma gradativa, respeitando cada fase do desenvolvimento dos educandos.

Para os primeiros anos do Ensino Fundamental, a base valoriza a ludicidade nas atividades, sendo a alfabetização o foco. Nesta etapa a aprendizagem se dá de forma progressiva. Segundo ela, é nesta fase que:

Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. (BRASIL, 2017. p. 57).

Para os anos finais do Ensino Fundamental é o momento mais desafiador e faz-se necessário retomar e ressignificar as aprendizagens da fase anterior, para que haja um aprofundamento do conhecimento do estudante. É necessário também o fortalecimento da autonomia do educando, para que o mesmo possa criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, enfrentar as adversidades e construir projetos de vida.

Apesar de ser uma proposta relativamente boa, o documento foi elaborado pensando em uma unificação curricular. Do seu texto foi retirado o conteúdo sobre diversidade de gênero, por exemplo, devido a polêmicas em torno de um pretenso incentivo à homossexualidade com a proposta de elaboração de documento completar, a *posteriori* que

até o momento não foi aprovado, embora seja um aspecto de extrema importância. Outro aspecto importante é que a Base segue, fundamentalmente, teorias mais técnicas e em História as competências e habilidades não contemplam conteúdos da história dos estados e do país.

Alfabetização e Letramento: desafios do alfabetizar letrando

Durante o período de formação, tivemos uma mesa redonda a respeito da alfabetização, com as professoras Tereza Cristina (D. Educação) e Iara Francisca (D. Letras), ambas da UEPB, quando foram levantadas questões bastante relevantes acerca do tema.

Muito se fala em alfabetização e letramento, os quais são conceitos distintos, porém Segundo Soares (1998), são indissociáveis. Por esta razão, ainda há uma confusão no que se diz respeito à diferenciação dos dois. Alfabetização está ligada ao ato de alfabetizar, ensinar a ler e escrever, à utilização do código linguístico, enquanto o letramento está relacionado à capacidade que vai além da codificação e decodificação dos signos, ou seja, “o primeiro estaria relacionado, portanto, a aprendizagem da notação alfabética, enquanto o segundo envolveria o uso e produção da linguagem que se usa ao escrever, isto é, dos gêneros textuais escritos que circulam nas interações sociais” (ALBUQUERQUE et.al 2010, p.18).

Vale ressaltar que, nem todo indivíduo que está na condição de alfabetizado é considerado um sujeito letrado e vice versa, mas segundo Soares (1998, p.47), “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado*”.

O processo de alfabetização é um processo bastante desafiador, que varia de sujeito para sujeito. Segundo Ferreira (1999, p.47), “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”, ou seja, é um processo contínuo. Além disto, é bastante complexo para o mediador, mas principalmente para o educando.

Cabe ao professor oferecer meios para que este processo se de maneira mais fluida possível, trazendo as situações educativas para o contexto, de forma que ele compreenda-as, pois ela irá “contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, cuja construção pressupõe, inicialmente, compreender-se como uma informação, um contexto ou uma atividade podem se tornar significativos para os alunos” (PINHEIRO, 2012. p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente é, sem dúvida, um processo ao qual deve ser dada uma atenção especial, com estudos aprofundados e escolhas de temas relevantes para os estudantes, proporcionando oportunidades de encarar os desafios da sala de aula, tais como as mudanças que estão sempre ocorrendo no meio educacional, político, social, econômico e político. No caso brasileiro, as mudanças trazem benesses, mas também uma série de problemas, principalmente associados à desigualdade abissais, à violência rural e urbana, à justiça social.

Além dos temas abordados nesse texto, o curso de formação inicial para o estágio por meio do Programa de Residência Pedagógica foram realizadas mesas sobre Tecnologias da informação, inteligência artificial, planejamento, sequência didática e ensino de Matemática, o que foi grande importância para a formação docente. Deste modo, estar melhor preparadas para a segunda etapa do Programa, que foi a “imersão no âmbito escolar”, momento a ser dedicado ao conhecimento acerca da gestão das escolas, do seu projeto pedagógico; de observação participante da gestão da sala de aula com orientação da preceptora; e da regência de aulas.

Na avaliação do curso chegou-se à conclusão que houve predominância de aspectos teóricos em detrimento do metodológico e do técnico. Inclusive essa é uma discussão antiga feita por Gatti e Barreto, (2007) dentre outros, quando afirmam que 75% dos conteúdos do curso de Pedagogia é teórico. Todavia, todos os estudos incluíram sugestões de atividades prática, por exemplo, como geometria, com leitura e produção, com elaboração de planos e sequências didáticas.

Nas escolas, essa relação teórico-prática vai sendo melhor delineada, o que função dos estágios, e percebemos que a formação também não deve se dar na base do manual, da oficina, do treino. Os fundamentos nos dão suporte para decidir sobre o que fazer, sobre os meios de gestão dos processos de ensino e aprendizagem, conforme as realidades de cada escola e de cada turma. Portanto, metodologias de ensino e recursos didáticos não podem e não devem ser definidos fora desses contextos, caso contrário ganham a função de receitas e não é isso o educar/formar pessoas.

A prática docente é um processo complexo e contínuo, em que o professor deve estar sempre repensando seus conceitos e sua prática. O “ser professor” não se resume apenas a estar em sala de aula, este vai muito mais além, é ter clareza acerca de suas concepções e pratica, bem como ter consciência de sua importância na formação de sujeitos críticos.

Palavras-chave: Formação docente, Residência Pedagógica, Ensino x Aprendizagem Alfabetização e Letramento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2017.

_____, Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CASTRO, ML. O. de. A educação brasileira nos dez anos da LDB. In: **Consultoria Legislativa do Senado Federal coordenação de estudos**. Brasília, junho / 2007. ml0531j4-200703814.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.

FUNDAÇÃO CAPES, Ministério da Educação. **Programa residência pedagógica**. 01 Março 2018 16:11 |Última Atualização: Quinta, 13 Setembro, 2018. 18:10. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

GATTI, B. A; BARRETO, E. S. S. Marcos legais dos cursos de formação de professores. In:_____, **Professores do Brasil: impasses e desafios**– Brasília: UNESCO, 2009. p. 37-43.

MORAIS, Artur Gomes de. Política de avaliação da alfabetização: discutindo a provinha Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Pernambuco - UFP, v. 17 n. 51 set.- dez. 2012.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.

PINHEIRO, Filipa Margarida Dias Lima. **Contextualização Do Saber** Formação Inicial dos Professores de 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico. UNIVERSIDADE DE LISBOA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. 2012.